ATA DA CENTÉSIMA OCTOGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO. Aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas e trinta minutos, reuniu-se de forma presencial a Comissão de Orçamento e Patrimônio sob a presidência do Professor Doutor FERNANDO SARTI, com a presença do senhor Thiago Baldini da Silva, Diretor de Planejamento Econômico da Assessoria de Economia e Planejamento, e dos seguintes membros: Célio Hiratuka, Everardo Magalhães Carneiro, Leonardo Lorenzo Bravo Roger, Matheus da Silva Marcheti Martins, Odilon José Roble e Verónica Andrea González-López. Como convidado, o professor Roberto Donato da Silva Jr. (GR). Justificaram ausência à Sessão os seguintes membros: Cláudio Francisco Tormena; Arnaldo César da Silva Walter, sendo substituído por Leonardo Lorenzo Bravo Roger; e Rodolfo Jardim de Azevedo, sendo substituído por Everardo Magalhães Carneiro. Havendo número legal, o SENHOR PRESIDENTE dá início à 180ª Sessão, submetendo à apreciação a Ata da Sessão 179ª, realizada em 25 de setembro de 2025. Consulta se há alguma observação. Não havendo, submete à votação a referida Ata, que é aprovada com 04 votos favoráveis e 02 abstenções. Passa à Ordem do Dia, com 02 itens, iniciando a discussão do item 01 – Nº 01-P-20381/2025 –, que trata da análise dos impactos orçamentários da criação da Diretoria Executiva de Sustentabilidade. O que a COP aprova é a criação do cargo, da designação do diretor executivo. Agradece ao professor Roberto Donato pela presença e solicita que ele faça uma apresentação sobre o tema. O Professor ROBERTO DONATO DA SILVA JUNIOR faz a apresentação sobre a Diretoria Executiva de Sustentabilidade. O Professor EVERARDO MAGALHÃES CARNEIRO diz que é inegável a ideia de ter uma diretoria de sustentabilidade, que só vem reforçar e promover questões futuras da inserção da Universidade no mundo, no entanto acha que há um problema na estrutura, pois o instituto que é mais envolvido na questão de sustentabilidade, que é o Instituto de Biologia, não aparece. A Professora VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ diz que o tema está amadurecido já para que o nosso Conselho Universitário o aprecie. Pergunta qual a diferença entre as tarefas do assessor de gabinete e os dois assessores docentes. Pergunta por que esse assessor que estaria vinculado ao Hids, especificamente. O professor Donato comentou que há algumas iniciativas que não se articulam muito dentro da Universidade, e gostaria de ter um exemplo dessa inarticulação. E, finalmente, tem a questão que o professor Everardo comentou sobre um docente da Biologia, e se há um estudo de quais áreas poderiam assessorá-los de um modo mais claro. Nem tudo vai ser alcançado ao mesmo tempo, estão falando de uma proposta que tomará anos, décadas, até chegar em um *status* adequado. O Professor CÉLIO HIRATUKA parabeniza o grupo de trabalho que propôs essa reorganização, que vai em um sentido muito necessário. A questão da sustentabilidade é chave, inescapável, a questão da emergência climática também, e ter uma diretoria que represente a estratégia institucional da Unicamp é um fator fundamental. É uma questão hoje que nenhuma área do conhecimento pode se furtar, e elas têm que se conversar de alguma maneira, ou pelo menos ter uma política que promova esse intercâmbio entre áreas, a complementação dessas áreas. Ter um local que congregue tudo isso é excelente. O Professor LEONARDO LORENZO BRAVO

ROGER diz que a Faculdade de Tecnologia possui o curso de Engenharia Ambiental, a Feagri também tem grupos que se preocupam bastante com o assunto da terra, o meio ambiente, agricultura. Gostaria de entender um pouco melhor o conceito, como se pretende trabalhar no dia a dia dessa diretoria, imagina que vá funcionar como uma pró-reitoria, que solicita pareceres de projetos a assessores *ad hoc*, e que a diretoria vai se encarregar da burocracia, da parte administrativa, do planejamento estratégico e da execução em um nível não necessariamente de especialistas. Embora algum grande pesquisador, alguma grande personalidade possa vir a ser nomeado como assessor em um determinado momento. Mas queria entender esse conceito porque aí entenderia melhor a reivindicação do professor Everardo. O Professor ODILON JOSÉ ROBLE diz que a COP tem um qualificador relacionado ao patrimônio, e no despacho da Aeplan encontram uma manifestação de cautela, dizendo que neste momento o exercício vigente apresenta um déficit estimado de R$548 milhões, valor que impõe severas restrições etc. Isso não o inclina a se colocar contrário, mas acha que é um debate que precisa fazer parte da reflexão. Já viu alguns estudos que demonstram que a sustentabilidade costuma trazer um *payback* de médio prazo e até mesmo uma recuperação financeira a longo prazo. Pergunta se essa impressão está correta e se podem aqui como comitê entender que esse impacto financeiro está de certo modo mitigado e que enxergam uma sustentabilidade financeira da proposta via esses dispositivos. O Professor ROBERTO DONATO DA SILVA JUNIOR diz, sobre a representação deste ou daquele instituto que possa ajudar na construção ou no desenvolvimento das atividades da diretoria executiva, que na semana passada o Gabinete do Reitor organizou o primeiro Fórum de Mudanças Climáticas da Unicamp, com o objetivo de organizar as pesquisas para que levassem esse painel das pesquisas de mudanças climáticas para a COP, porque haverá uma representação institucional da Unicamp na COP. Foram 20 institutos e centros de pesquisa dentro da Unicamp, e deixaram muita gente de fora desse fórum; há pesquisas sistemáticas, financiadas e de grande valor para a discussão climática. Entende a questão da importância do Instituto de Biologia, mas as discussões relacionadas à sustentabilidade na Economia também são de grande tradição, elas dialogam com a Biologia e têm uma pauta específica muito grande. Também a Engenharia Ambiental, a Sociologia Ambiental, então possuem uma capilaridade da questão de sustentabilidade na Universidade, e existe o desafio de não desperdiçar essa *expertise* e essa capacidade na construção da diretoria. Fazem isso pensando na integração e na transversalidade entre ensino, pesquisa, extensão e gestão, e criando duas estruturas de conversa, de comunicação com a Universidade, que é a redefinição das câmeras técnicas, que estava abaixo da coordenadoria de sustentabilidade, e que passa, na estrutura proposta, a conversar diretamente com o diretor. Através das câmaras técnicas, através da elaboração de projetos, usam a *expertise* da Universidade para alimentar os projetos e as políticas da diretoria. Vão fortalecer e reorganizar as câmaras técnicas para que os pesquisadores das diferentes áreas possam, trabalhando de maneira transversal e interdisciplinar, construir soluções e protocolos dentro das ações da Diretoria Executiva de Sustentabilidade. O segundo canal é o canal institucional, que é a criação de um conselho de diálogo entre a diretoria e todos os órgãos que têm prerrogativa de gestão ambiental. O Hids é, talvez, o maior e mais significativo desafio de

futuro que possuem dentro da Unicamp, envolvendo 1 milhão e 600 mil metros quadrados que compõem a Fazenda Argentina, e um desafio de governança integrada com os outros equipamentos científicos que vão compor o distrito de sustentabilidade, como PUC-Campinas, CPQD, CNPEM, o Laboratório Sirius, o Instituto Eldorado, dentre outras instituições que por si já carregam quase que 15% da produção científica nacional e que têm o desafio de se integrar para a construção dessa ideia do distrito de sustentabilidade. É um desafio gigantesco a ocupação da Fazenda Argentina de uma perspectiva sustentável, atraindo investimentos e parceiros para a constituição desse gigantesco parque de inovação tecnológica e social, e o desafio de integração do Hids Unicamp com os demais equipamentos científicos que vão construir o distrito. É preciso uma pessoa unicamente dedicada a esse exercício, para que tenham, de fato, uma implantação do Hids em um projeto que está historicamente atrasado e que atravessa algumas gestões. Esse desafio da implantação e da governança exige uma pessoa com alta capacidade de diálogo, não apenas internamente, mas externamente, com prefeituras, com empresas, com outros equipamentos científicos, e que possa, de fato, dar celeridade para o processo de implantação. Há um desafio também de fazer uma transição ecológica dos *campi* da Unicamp, aliado a um terceiro desafio, que é a relação institucional da Unicamp com os atores externos. A participação da Unicamp na COP está colocando-a como protagonista de uma rede mundial de universidades sustentáveis. Então, apesar de parecer uma estrutura muito grande, a diretoria já nasce com uma responsabilidade relativamente grande. Respondendo à professora Verónica, há um conjunto de ações isoladas, há um sombreamento entre a Coordenadoria de Sustentabilidade e a Diretoria de Meio Ambiente, por exemplo, então existe uma questão de coordenação entre órgãos que estão em espaços separados. Vão precisar aproximar esses órgãos dentro de uma política institucional única e fazer a diferença entre os papéis. Das engenharias às ciências básicas, à medicina, existem grupos de discussão climática na medicina que são muito interessantes, então precisam ter esquemas interdisciplinares para abarcar toda essa gente dentro da proposta. Respondendo ao professor Odilon, diz que fizeram um levantamento muito interessante sobre o *payback* do Hids; pensando nele como um parque ampliado, teriam a possibilidade de gerar um faturamento para as empresas que o ocuparem da ordem de R$5 bilhões e criar em torno de sete a 13 mil empregos para a região. Além da possibilidade de trazer em torno de quase R$800 milhões de aluguel de espaço quando o Hids estiver inteiro implantado. Então, acelerar o processo de ocupação do Hids vai trazer um fluxo de fomento e financiamento para a Universidade. No longo prazo, os processos de concessão diária retornam para a Universidade em forma de prédios patrimoniados, então há uma expectativa de que até 2050 a possibilidade de *payback* seja muito grande para a Universidade em termos de retorno financeiro e de impacto orçamentário. Isso vai possibilitar que haja um financiamento da sustentabilidade de outras atividades que seja muito interessante para a Unicamp. O Professor EVERARDO MAGALHÃES CARNEIRO diz que quando se referiu a ter alguém do Instituto de Biologia, não quis dizer exatamente estar dentro da diretoria, mas no sentido de contar com cientistas que estudem a vida na Terra e possam assessorar essa diretoria. Talvez um conselho assessor de alto nível, com todas as *expertises* possíveis, pelo menos as

grandes, Biologia, Engenharia, Sociologia, Medicina, que de alguma forma pudessem dar um suporte mais científico para as metas que serão desenvolvidas na Diretoria Executiva de Sustentabilidade. O Professor ROBERTO DONATO DA SILVA JUNIOR diz que é uma ótima proposta. Talvez um caminho possa ser esse, fazer um conselho de notáveis ou de pessoas que tenham uma relevância no tema e que, de fato, possa ajudar a pensar os grandes objetivos, dar esse suporte e trabalhar com a fundamentação científica da diretoria. O SENHOR PRESIDENTE diz que é uma iniciativa que busca ter uma estratégia institucional sobre o tema, que é um tema absolutamente relevante hoje. E tem dificuldade de pensar em algum outro investimento que traga tanto retorno como são os de sustentabilidade. A proposta vem com uma estrutura fundamental, que vai ser aprovada dentro do órgão competente, que é o comitê de certificação, e volta para a COP para discussão. Agradece muito ao professor Roberto pelas explicações e a riqueza do debate aqui. Não havendo mais observações, submete à votação a matéria, que é aprovada por unanimidade. Passa ao ao item 02 – Nº 01-P-24977/2022 –, que trata da solicitação de recursos orçamentários adicionais, no montante de R$1.429.005,39, para atender às despesas com a operacionalização logística do Almoxarifado Central e dos almoxarifados do HC, FOP, IQ, Caism e Hemocentro nos meses de outubro a dezembro de 2025. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que no final de 2023 foi apresentada ao Conselho Universitário uma proposta de centralização de todos os almoxarifados, pois contratavam os serviços, a mão de obra da Funcamp para fazer isso, mas eram questionados pelo Tribunal de Contas. Então foi feito um grupo de trabalho e apresentada uma nova forma de operar o almoxarifado central da Universidade. Isso foi submetido ao Conselho Universitário no final de 2023 e aprovado um novo contrato que tinha, na época, um valor de R$3,6 milhões mensais para pagamento dessa nova forma. No final de 2024 é concluída a licitação, e o valor estimado cai para R$3,5 milhões mensais para a contratação desse trabalho de logística. O cálculo mensal desse novo contrato é baseado em três itens principais: o volume que possuem de itens estocados em metro quadrado, seguro e unitarização dos itens. Nesse valor, significativamente o que tem o maior impacto, que é 95% do contrato, é o volume estocado de materiais dentro desse almoxarifado. A Universidade enfrenta ainda, devido à nova lei de licitação, problemas na execução de suas licitações, registro de preços desses contratos. E para não haver falta de itens, acabam executando muito as contratações emergenciais, e com isso o volume estocado vem aumentando muito, aumentando também o valor; em setembro, executaram quase um R$1milhão acima, e receberam esse pedido porque não haveria recursos para pagar no final do ano. O pedido era de R$4,5 milhões, mas verificaram que R$3,6 milhões já existem, porque não foram executados, por causa da parte que foi feita de forma gradual no início do ano. Dessa forma, chegam hoje aqui com um pedido de R$1,4 milhão para fechamento do exercício. Se essa situação se mantiver por muito tempo, podem chegar a uma despesa de R$13 milhões no ano que vem. Uma sugestão da Aeplan é pensar em formas de fazer um acompanhamento desse contrato, não somente um acompanhamento financeiro, se está gastando efetivamente ou não, mas um acompanhamento até da necessidade do serviço que está sendo prestado. O SENHOR PRESIDENTE diz que isso tem impacto financeiro importante na

elaboração da Proposta de Distribuição Orçamentária, especificamente sobre a questão dos contratos. Todos têm acompanhado a diretriz da Universidade de ampliar suas parcerias, algumas obrigadas pelos órgãos de controle; alguns desses contratos, almoxarifado, manutenção, segurança, eram realizados pela Funcamp, mas o entendimento tanto do Ministério Público quanto do Tribunal de Contas foi de que isso não poderia continuar, porque havia a necessidade de licitar esses contratos. Ao licitar esses contratos, obviamente estão lidando com um mercado muito mais competitivo, o que traz para a Universidade um duplo desafio. O primeiro deles é o fato de que, ao longo desses contratos, é fundamental para a Universidade acompanhar e entender as soluções, as tecnologias que estão sendo oferecidas a ela. Estão lidando com empresas que têm *expertise* nessas soluções, que se atualizam e que vêm sempre, no vencimento de um contrato, oferecer o que há de melhor no mercado, o que há de melhor dentro do seu portfólio. O que não necessariamente corresponde ao que é o adequado e o necessário para a Universidade. São absolutamente assustadores os aumentos dos contratos, da ordem de 150%, 200%, 300%. Já fizeram três reuniões com vários atores aqui da Universidade que trabalham em áreas estratégicas, na área de compras, na prestação de serviço, na área financeira, na área logística, para tentar criar realmente uma *expertise*, um conhecimento maior na forma de acompanhar e avaliar esse contrato. Não é simplesmente avaliar esse contrato quando ele está para vencer, não é quando está faltando três meses; é saber durante os cinco anos se esse serviço é o adequado, se ele tem melhor solução no mercado, se ele teria outra solução mais eficiente, o que estão fazendo a prefeitura e as outras universidades. Esse envolvimento se torna cada vez mais importante, portanto a ideia é trazer cada vez mais esses valores aqui, mas não apenas trazer o valor para ser aprovado, é trazer um parecer, de alguma maneira, com as explicações necessárias para a tomada de decisão. Entendiam que o almoxarifado era importante, além, obviamente, dos órgãos de controle obrigando a Universidade a ter que licitar esse processo, mas a partir daí claramente se mostra algum grau de desconhecimento de como é a própria operacionalização desses contratos. E de repente aparecem surpresas como essa, onde o aumento de um item, como foi o volume estocado, por conta de outra ação, que é a adaptação à nova lei de licitação, acaba trazendo um aumento no gasto que não estava previsto inicialmente. Construir essa curva de aprendizado sobre esses contratos é fundamental e vão trazendo essa informação para dentro da COP. A Professora VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ pergunta há quanto tempo está vigente esse contrato. Imagina que passa por renovações, porque foi levantada a possibilidade de que ele não seja tão próprio para as necessidades da Unicamp, ou eventualmente precisa ser revisto. Há várias empresas que fazem isso, então imagina que haveria a possibilidade de mobilidade. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA responde que o contrato foi assinado no final de 2024, com a execução iniciando agora em 2025. O Professor EVERARDO MAGALHÃES CARNEIRO diz que um ponto importante é o fato de que isso entra dentro da sustentabilidade. Pergunta se esses recursos orçamentários adicionais vão ser retirados de outro local ou do fundo de reserva. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA responde que do fundo de reserva da Universidade, aumentando o déficit. O Professor EVERARDO MAGALHÃES CARNEIRO

pergunta se no item anterior, que previa criar alguns cargos, ou gratificações, também essa despesa vai entrar nos recursos de reserva. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA responde que sim, mas não tem impacto nenhum em 2025; a gratificação do diretor executivo provavelmente só vai ser aplicada a partir de 2026, e então já colocam na proposta orçamentária. O SENHOR PRESIDENTE diz que na proposta de distribuição orçamentária há uma rubrica chamada reservas técnicas, porque não sabem exatamente qual vai ser a negociação salarial, que envolve as outras universidades, não sabem exatamente como vai ser a questão contratual, ou, eventualmente, outro gasto que apareça que não estava previsto. Lógico que possuem alguma reserva técnica para tratar disso, mas uma coisa é imaginar que um contrato vai ser reajustado pelo IPCA, 5%, 6%, outra coisa é aparecer uma nova contratação que está reajustando em 150%. Isso obviamente dificulta fazer qualquer tipo de planejamento, e acaba acentuando o déficit. Nos contratos com a Funcamp era mais fácil o entendimento, quando havia qualquer tipo de queixa, de reclamação, ou identificação de alguma ineficiência, era muito mais fácil corrigir, era muito mais fácil tratar com eles do que com terceiros. Lógico que existe uma proteção contratual, mas ainda assim é complicado. É uma curva de aprendizado, e não podem mais não acompanhar, não monitorar, não construir um conhecimento sobre as tecnologias que estão sendo utilizadas dentro desses contratos, para que quando houver uma renovação, ou mesmo se em um caso limite for necessária uma ruptura desse contrato, estejam bem instruídos nesse processo. O Professor CÉLIO HIRATUKA concorda que precisam ter sistemas de acompanhamento para os vários tipos de contratos, para se protegerem, para terem uma estratégia mais clara. Se tivessem continuado com a Funcamp, com certeza seria muito mais eficiente e talvez até mais barato, mas infelizmente, por questões legais, não é possível. Nessa questão do almoxarifado, pergunta se a previsão é que esse processo, no ano que vem, se regularize. O SENHOR PRESIDENTE diz que as compras emergenciais não são bem vistas dentro da nova lei, na verdade elas são excepcionalidades. Por isso, tem se comprado quantidades maiores para que as compras não se repitam, e é isso o que está levando a um aumento do estoque. A ideia é que elas se reduzam, e que entrem em uma normalidade, em um fluxo normal nas compras, a partir do próprio planejamento. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que hoje não possuem um cenário claro de quanto tempo isso vai durar; pode ser que comece a cair no início do ano, ou isso se mantenha por mais um tempo, mas a tendência é que isso pare de acontecer e se normalize. Outro problema quando fazem essas compras emergenciais é que provavelmente também estão pagando mais caro no item. A Professora VERÓNICA ANDREA VERÓNICA-LÓPEZ observa que os locais afetados se não aprovassem a adição de recursos seriam HC, Caism, Hemocentro, entre outros, portanto áreas muito sensíveis, o que aumenta ainda mais a necessidade de planejamento. Não havendo mais observações, o SENHOR PRESIDENTE submete à votação a matéria, que é aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar na Ordem do Dia, entra no Expediente, fazendo uma exposição sobre os dados da arrecadação de 2025 e a preocupação com os valores bastante abaixo da previsão. O Professor EVERARDO MAGALHÃES CARNEIRO pergunta se a orientação para a COP e, posteriormente, para o Consu, é pensar em priorização antes de tomar

decisões. Se for, sugere que façam uma prévia colocação para a comunidade interna. O SENHOR PRESIDENTE diz que a questão é ótima e diria que são dois movimentos. Primeiro é o que vão aprovando fora daquilo que estava previsto na proposta de distribuição orçamentária, que é o caso de hoje. E expressar na proposta de distribuição orçamentária essas condições financeiras, dizendo que todas as demandas são necessárias, são legítimas, mas não poderão ser atendidas no momento. Então, podem até induzir essa prioridade, mas cabe à Universidade, ao Conselho Universitário decidir quais são. Mas não é fácil priorizar, porque às vezes não aprovar suplementações gera impactos sobre as áreas. É papel da COP levar para as instâncias superiores, CAD e Consu. Há sempre uma priorização, porque as demandas são muito superiores ao que atendem. Há um limite para atuarem, obviamente que há uma preocupação, há um planejamento, mas, diante de uma frustração do ponto de vista das expectativas sobre a arrecadação, a Universidade vai ter que se movimentar, e as ações vão ter que levar em consideração todos esses fatores. O Professor EVERARDO MAGALHÃES CARNEIRO diz que a comunidade precisa entender que não possuem recursos para fazer tudo ou boa parte das coisas, que são inclusive necessárias. A COP poderia criar uma espécie de pacto para trabalhar com um determinado orçamento, abaixo do do ano anterior, pensando no que é fundamental para a subsistência da Universidade. O SENHOR PRESIDENTE diz que a COP fez uma reserva para esses momentos, o que gera uma margem de manobra maior, mas as reservas não são eternas. A Professora VERÓNICA ANDREA VERÓNICA-LÓPEZ diz que já possuem vários mecanismos, revisões orçamentárias, PPI, mas neste momento há uma pressão econômica maior e pode ser pelo momento político também. Quando acontece esse tipo de pressão, acaba sempre sobrando para os recursos humanos, porque é uma despesa cara, que vai perdurar por 30 anos. Espera que os recursos humanos sempre sejam prioridade. O SENHOR PRESIDENTE concorda com a professora Verónica, e tem sido, inclusive, essa diretriz que a Universidade tem adotado. Atingiram um patamar bastante significativo na contratação docente, assim como fizeram uma reposição importante de servidores Paepe. Fizeram uma recuperação salarial significativa, muito superior à inflação nos últimos cinco anos, também uma política bastante agressiva de progressão. Vão monitorando e vão aguardar a expectativa para 2026. A Professora VERÓNICA ANDREA VERÓNICA-LÓPEZ diz que o que se pede para a Unicamp hoje é que ela cresça, que ofereça mais cursos, que tenha mais alunos, o que não é possível fazer sem um corpo sólido de docentes e de funcionários. Crescimento demanda recursos. O Professor CÉLIO HIRATUKA diz que entende as dificuldades, mas justamente porque estão no momento de estabelecer a PDO traz um aspecto específico que apareceu na discussão do grupo de diretores, e que reflete um certo descompasso entre a questão do investimento em recursos humanos e a questão do investimento. Claramente, recursos humanos são o núcleo da Universidade, mas há a questão do investimento básico para a manutenção daquilo que existe. Havia um projeto de manutenção de telhados, que estava colocado, e pergunta se há expectativa de que isso se mantenha para o ano que vem. Não se trata, na verdade, de investimento, mas de evitar que haja danos maiores aos laboratórios, às salas de aula. A questão das mudanças climáticas, as chuvas claramente estão aumentando, e

os telhados de algumas unidades têm mais de 40 anos, eles vão se deteriorar, vão causar prejuízos maiores e o custo vai sair maior. A outra questão é sobre a proposta relativa a pós-doutorandos; o processo de contratação está demorando um pouco mais do que previsto, mas pergunta se isso será mantido. Claramente a proposta foi de uma redução grande, talvez nem com essa redução seja possível, mas só precisam saber para se programar para o semestre que vem. O Professor LEONARDO LORENZO BRAVO ROGER reforça a solicitação relativa aos telhados. O telhado da FT está com grandes problemas, o prédio da FT é de 1969. Há um projeto pronto, aprovado, mas está circulando no grupo de diretores que foi contingenciada a verba para conserto dos telhados. Além disso, a parte de trás da FT alaga e a água entra pelo prédio. Também não há uma cobertura que una os blocos. No ano passado, houve a destruição de um laboratório, porque o alagamento foi tal que destruiu todos os componentes eletrônicos que estavam no laboratório. Entende as dificuldades, tudo é importante, mas há coisas que realmente não podem esperar, até porque estão causando prejuízo. São assuntos alarmantes. O SENHOR PRESIDENTE diz que realmente há a demanda de postergar as bolsas de pós-doutorado, renovar por um ano, até com a justificativa bastante consistente de que as contratações atrasaram, por várias razões, inclusive a própria normatização para os concursos acabou demorando, a questão da cota. Isso acabou fazendo com que, embora as vagas estivessem distribuídas, as unidades não pudessem avançar nos seus concursos. Então, seria importante ter uma política transitória de renovação das bolsas para que pudesse dar tempo de fazer essas contratações, são R$12 milhões necessários para um programa de um ano. Está sob estudo, a equipe está avaliando. Em relação ao investimento, reforça que qualquer instituição teria que usar do seu orçamento 5% para manutenção, algo que nunca ocorreu na Unicamp, então os problemas vão se acumulando. Já consertaram os telhados de 40 “pinotinhos”, mas ficaram de fora os outros 42 e mais outros telhados na Universidade. É algo absolutamente necessário, que terão que trazer à COP, mas lembra que o recurso hoje disponível no PPI é inferior a R$100 milhões. Os extremos climáticos têm piorado, portanto os problemas só vão se acentuar, então é uma questão também de os diretores se mobilizarem e trazerem essa proposta. Também tem recebido uma demanda muito forte das condições que está hoje o Ciclo Básico da Universidade, também com problema de água dentro, problema com a energia. Estão estimando a construção do novo ciclo básico, alguma coisa em torno de R$50 milhões, mas o atual precisa de uma reforma. Se for o entendimento da comunidade de que o restante dos recursos deva ser usado para isso, vão usar, até porque não adianta ter a reserva de precaução se de repente está tendo vazamento dentro dos locais de trabalho. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que com a PDO 2026 já vai ficar um pouco claro isso para a comunidade. Nada mais havendo a tratar, eu, Aline Marques da Costa, redigi a presente Ata que será submetida à apreciação dos Senhores Membros da Comissão de Orçamento e Patrimônio do Conselho Universitário. Campinas, 30 de outubro de 2025.

*NOTA DA SG: A presente Ata foi aprovada na **181ª SESSÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO**, realizada em 27 de novembro de 2025, sem alterações.*